

I – Encontro dos Bispos do Nordeste

V – Alocução do Presidente Juscelino Kubitschek

Dom Jaime Vieira Rocha

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ROCHA, D. J. V., org. Alocução do Presidente Juscelino Kubitschek. In: *Sob os signos da Esperança e da responsabilidade social: anais do I e II Encontros dos Bispos do Nordeste* (Campina Grande, 1956 | Natal, 1959) [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016, pp. 177-181. ISBN: 978-85-7879-485-9. Available from: doi: [10.7476/9788578794859.0007](https://doi.org/10.7476/9788578794859.0007). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/c6yxx/epub/rocha-9788578794859.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

V - Alocução do Presidente Juscelino Kubitschek

Em 1ª de junho de 1956, pela rede radiofônica de “A VOZ DO BRASIL”.

Apenas algumas palavras vou proferir no discurso de hoje, embora nem tão poucas, nem tão breves, quanto havia imaginado a princípio. Umás se dirigem especialmente ao Nordeste, e já havia fixado este dia para dirigi-las às populações daquela região por intermédio da “Voz do Brasil”; outras, em face dos episódios recentes no Rio de Janeiro, se impuseram ao meu espírito como um testemunho a mais daquela determinação interior, que nunca me abandonou, de comunicar-se diretamente com o povo brasileiro, sempre que se levanta um problema novo ou um acontecimento extraordinário. E, afinal de contas, os discursos de um presidente da República, quando anunciam providências concretas e orientações definidas, quando examinam em termos de sinceridade as situações de fato, quando exprimem de maneira objetiva tanto as suas realizações já consumadas como os seus pensamentos que vão conduzir os negócios do Estado – esses discursos são, também, e na verdade, atos de governo, atos necessários de governo, e não apenas substâncias e textos de oratória, aliás igualmente legítima, sobretudo de acordo com a maneira de ser e de funcionar do sistema democrático.

Assumi alguns compromissos de natureza administrativa, em nome do governo, na oportunidade solene do encerramento do Encontro dos Bispos do Nordeste, e

naquele mesmo dia, um sábado, prometi que na segunda-feira amanheceria no meu gabinete de trabalho tomando medidas e executando providências para honrar a palavra empenhada; e que dentro de poucos dias, de uma semana talvez, o povo do Nordeste poderia ouvir pelo rádio notícias de atos demonstrativos de que não foram vãs as minhas palavras pronunciadas em Campina Grande.

Assim aconteceu, com efeito. Cumpridas estão as duas promessas: cumpridas começa a ser e serão até o fim, em marcha acelerada e com escrupulosa fidelidade, os compromissos assumidos. Desde segunda-feira, sem prejuízo dos negócios normais do Estado, dediquei-me aos problemas em foco do Nordeste, solicitando a Dom Helder Câmara, logo às oito horas da manhã, que me enviasse toda a documentação referente às propostas aprovadas no Encontro dos Bispos, entendendo-me em seguida com os ministros de Estado e técnicos especializados para estudar e determinar a maneira de resolvê-los sem mais demora. E agora, menos de uma semana decorrida, venho apresentar ao povo do Nordeste o resultado do que está tão elaborado quanto feito. E neste caso, ousou dizê-lo com naturalidade, fomos completos em planejamentos e decisões do governo, como o poderá testemunhar Dom Hélder Câmara, que, sem pertencer aos quadros da administração ou fazer parte do mundo oficial, não nos faltou com a sua colaboração e com a sua assistência, sempre ouvido nos conselhos governamentais, por efeito de seu generoso espírito público e da sua qualidade de representante dos Bispos do Nordeste.

Com uma grande emoção e tanto mais sóbria quanto mais autêntica e sincera, comunico às populações nordestinas que acabo de assinar, neste momento mesmo, vinte decretos executivos, para resolver com rapidez e eficiência alguns problemas fundamentais e inadiáveis da região, a começar pelo abastecimento de água em Campina Grande, com os cinquenta milhões de cruzeiros das verbas de emergência

das obras contra as secas, como já o estavam de há muito tempo a exigir as necessidades dos cem mil habitantes de uma cidade, hoje constituindo o maior núcleo de população urbana no interior do Nordeste e do Norte do Brasil.

Esses decretos correspondem aos projetos do Encontro dos Bispos do Nordeste, a mim apresentados como reivindicações de um programa de execução imediata. Verificou-se a este respeito uma colaboração cordial e honesta entre os homens do Estado. As propostas do Encontro dos Bispos do Nordeste, que adotei e agora transformei em decretos, já eram, por sua vez, e em grande parte, um aproveitamento do material das duas reuniões que pessoalmente dirigi no Palácio do Catete, por desejo e com a presença de Dom Hélder Câmara. Na segunda reunião, aproveitando os relatórios que solicitara de ministros de Estado e dirigentes de órgãos federais com atuação no Nordeste, fiz preparar e distribuir um relatório de ordenação e síntese, contendo informações, sugestões, afirmações e realizações governamentais, destinadas a um entrosamento com o material da mesma espécie em poder das autoridades episcopais. Assim as propostas consubstanciais hoje em decreto representam uma fusão de trabalho, uma obra em colaboração do Poder Espiritual e do Poder Temporal. Aliás, se uma parte é nova, em muitas outras os projetos de Campina Grande se referem a obras já em execução no serviço público federal. E resolvemos transformá-los todos em decretos para dar-lhes firme organicidade, garantia de entrosamento em iniciativas convergentes pela própria natureza, elementos de coordenação mais seguros ou autorizados, para evitar a dispersão de verbas orçamentárias e forças humanas. Esses decretos, enfim, se entrelaçam e se harmonizam no conjunto em termos de unidade – e não será exagero classificá-los como base fundamental de um Plano do Nordeste.

Esses decretos, acrescento com segurança, não são palavras no papel, mas atos práticos e concretos. Entrarão em

execução imediatamente, para tanto já previstos, preparados, separados todos os recursos financeiros e humanos. As soluções estão indicadas com realismo e espírito prático. E a sua execução não vai determinar a criação de novos órgãos estatais, nem depender de complicados financiamentos. Exigirá apenas, e principalmente, iniciativa, competência, aproveitamento dos recursos exigentes, ação adequada e pronta, unidade de comando nas providências. Em suma, um esforço de mobilização que se dispõe a realizar o governo. Para tanto, ao lado da parte financeira, cuidei do problema da execução dos decretos em termos humanos e funcionais, fixando obrigações e responsabilidades. E isto constituiu objeto de um decreto especial em que se atribui o bom andamento de cada obra decretada a um dos órgãos federais que atuam no Nordeste e a supervisão geral dos trabalhos a seus respectivos ministros de Estado, ficando por fim a coordenação geral para a execução de todos os decretos diretamente com a Presidência da República, a ser feita por mim pessoalmente, ou pelo chefe da minha Casa Civil, como meu representante. Tudo está assim disposto e pronto para um sucesso administrativo. Cumpri as promessas feitas e estou em dia com os compromissos assumidos em Campina Grande como presidente da República.

E é assim o meu governo. Um governo que planeja, que executa, que realiza — e tudo com presteza e sinceridade, sempre que encontre uma colaboração como a dos Bispos do Nordeste, feita de sugestões de interesse público, em vez de uma oposição obstinada em personalismo e crueldade, agitada em movimentos negativos para a destruição de um governo legítimo, que por isso mesmo estou disposto a defender e sustentar por todos os meios e com a maior decisão, como um imperativo de minha consciência pessoal e como um dever indeclinável, uma responsabilidade que considero sagrada no mandato que o povo me conferiu nas urnas para defender o regime, salvaguardar as

liberdades, garantir a ordem pública e manter a integridade da Constituição.

Nota – O texto integral desta alocução encontra-se no volume “Discursos – 1056”, de Juscelino Kubitschek de Oliveira, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1958, págs. 139-146.